

QUESTÕES DE ÉTICA NA ANTROPOLOGIA MODERNA

Luiz Cavalcanti Lacerda*

1. O desenvolvimento da Antropologia

A partir do Séc. XIX a Antropologia afastou-se gradativamente das grandes linhas do pensamento filosófico europeu (Carvalho, 1988; Leaf, 1981). Embora os sistemas de Hume, Kant, Montaigne e Montesquieu ainda sejam norteadores de várias questões antropológicas atuais, o desenvolvimento da disciplina desligou-se paulatinamente de qualquer preocupação centrada nos antigos temas da metafísica dos costumes ou das origens “naturais” das instituições (Leaf, op. cit.).

Separada da Filosofia, a Antropologia passou a desenvolver duas grandes linhas de investigação que persistem até hoje como suas divisões internas. A primeira delas estava preocupada com sobrevivências. Mais especificamente com as origens arcaicas ou clássicas das instituições europeias e também com os hábitos e costumes das populações dominadas pelo Colonialismo. Os estudos de Bachofen, Bastian e Morgan foram os criadores desta tendência (Carvalho, op. cit.; Leaf, op. cit.;

* Luiz Cavalcanti Lacerda é Professor de Antropologia Física do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco.

Azcona, 1992). Na Antropologia posterior aos clássicos já citados o predomínio foi da investigação dos “costumes nativos”, uma direção que lentamente vai relegar a um segundo plano as velhas preocupações com as origens institucionais.

A outra grande linha temática foi a da História Natural, que envolvia estudos sobre a evolução das espécies, a Taxonomia e a Raciologia. Os trabalhos de Lamarck, Buffon e Darwin, foram fundamentais para o seu desenvolvimento. Poder-se-ia dizer que as grandes preocupações dos naturalistas eram com a diversidade dos tipos humanos, sua antiguidade e seu significado evolutivo (Comas, 1976; Jolly e Plog, 1987; Azcona, op. cit.).

Resumidamente, a evolução da Antropologia Moderna desenvolveu-se em torno de duas áreas temáticas. Uma de caráter genericamente raciológico e outra, envolvendo o exotismo nativo. No Séc. XX, elas desaguam nas atuais Antropologia Sociocultural e Física. Esta última mais modernamente entendida como Antropologia Biológica.

2. Questões de método e questões de Ética

O já citado afastamento da Antropologia com relação a Filosofia e a Metafísica, deve estar na base da pequena intensidade que a reflexão ética tem tradicionalmente sobre nós. E isso tanto no campo das relações interculturais como no da praxis propriamente dita (Trajano Filho, 1988). Porém, atualmente, os dois campos técnicos do pensamento antropológico, a

Etnologia e a Etnografia, encontram-se sob um saudável processo de reavaliação (Trajano Filho, op. cit.; Carvalho, op. cit.; Houart, 1985; Lévi-Strauss, 1986). Embora não seja aqui o local para explicarmos detalhadamente as causas históricas de tais reavaliações, poder-se-ia assinalar que o desenvolvimento das Ciências Biológicas correlatas a Antropologia, o desaparecimento dos Impérios Coloniais e a destruição maciça das sociedades tribais, foram fatores básicos para as revisões em curso na nossa Ciência (Lévi-Strauss, op. cit.; Azcona, op. cit.).

Entretanto, para os objetivos desta comunicação, é fundamental identificar-se duas fontes principais de reavaliações e críticas que são colocadas para a Antropologia Moderna. A primeira delas, que denominaremos aqui de reavaliações crítico-metodológicas, inclui principalmente questionamentos sobre a capacidade de aplicação do método hipotético-dedutivo, o grau de subjetivismo do método etnográfico, a incapacidade ou desinteresse na formalização de dados, e os excessos de subjetivismo e relativismo cultural. Ressalte-se também que indagações a respeito da própria prática do Antropólogo, como a manutenção de padrões colonialistas no trabalho de campo e o poder político sobre populações pesquisadas, são objetos de análises relevantes.

A segunda fonte de reavaliações poderia ser chamada de ética, no sentido de que incidem sobre as conseqüências ou as tendências eventualmente apontadas pelos estudos antropológicos atuais. Tais questões, envolvem não somente uma ética da conduta profissional do Antropólogo, mas também a possível falta de ética de

certas conclusões elaboradas pela disciplina. As críticas e reavaliações éticas vão incidir sobre o reducionismo, passando pelo anti-humanismo, sexismo, cientificismo, positivismo e biologicismo (Ruiz de La Penã, 1988; Azcona, op. cit.; Trajano Filho, op. cit.; Johnson, 1978; Brandão, 1985; Rose, 1989; Bock, 1982; Houart, op. cit.; Kant de Lima, 1985).

Antes de prosseguirmos devemos constatar que as reavaliações e críticas apontadas acima, não desaguam com a mesma intensidade sobre os dois campos da Antropologia Moderna: A Antropologia Cultural (ou Sócio-cultural), e a antropologia Física (ou Biológica). Na verdade, uma observação mais detalhada das fontes crítico-metodológicas e éticas, podem nos levar a uma conclusão parcial de que as metodológicas recaem principalmente sobre a Antropologia Cultural, enquanto que as éticas atingem principalmente a Antropologia Biológica e as suas bases teóricas, oriundas da Genética das Populações e do Comportamento, da Etologia e da Sociobiologia (Rose, op. cit.; Ruiz de La Penã, op. cit.; Wilson e Lumsdem, 1983; Valls, 1985).

Para mantermos o Objetivo de discutir questões mais filosóficas na Antropologia Moderna, vamos deixar de lado, por enquanto, os aspectos crítico-metodológicos e nos concentrarmos em algumas características das reavaliações especificamente éticas a que estamos submetidos.

No campo da Antropologia Cultural, uma das questões principais parece relacionar-se ao poder político do Antropólogo sobre as etnias, e a manutenção de

padrões coloniais nas pesquisas de campo (Trajano Filho, op. cit.; Carvalho, op. cit.). Tanto é assim que o próprio Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (1993), possui 9 dos seus 15 artigos voltados para a manutenção dos “direitos” das populações estudadas. Tal fato evidencia uma reavaliação cuidadosa dos antropólogos que procuram assim inverter uma posição de dominância política, econômica e cultural, que tem marcado a relação entre a Antropologia e as populações por ela investigadas.

Como forma de exemplificar questões “éticas” concretas colocadas para a Antropologia Cultural, listamos em seguida algumas que consideramos mais relevantes.

- a) O Ocidente vai inevitavelmente homogeneizar as culturas. Por que então preservar organizações como tribos e aldeias, que já estão fadadas ao desaparecimento?
- b) O discurso antropológico pode livrar-se do discurso da colonização no qual foi gerado?
- c) Os Antropólogos querem preservar as culturas tribais e as etnias numa “redoma”, com o intuito de colocá-las como exemplares humanos para estudo?
- d) A Antropologia, ao defender as etnias e o reconhecimento dos povos, pode estar indo contra a ordem política das Nações e Federações, contribuindo assim para a desestabilização dos Estados e para a disseminação dos separatismos?

Já no campo da Antropologia Biológica, as reavaliações metodológicas são talvez de menor intensidade. Porém, as críticas de caráter ético são aparentemente mais amplas e contundentes.

Uma das mais constantes indagações diz respeito a um caráter reducionista e mesmo anti-humanista, que seria propiciado tanto pelo avanço teórico da disciplina quanto pelas suas estreitas relações com a Sociobiologia, a Etologia e a Genética do Comportamento. Para alguns, a Antropologia Biológica talvez esteja produzindo o fim da ética normativa e formalista, ao desenvolver uma redução epistemológica do “sociocultural” para o biológico, retirando da definição de homem alguns requisitos largamente considerados pela Metafísica Ocidental, como ter o livre arbítrio, ser ontologicamente especial ou considerar-se teleologicamente orientado (Ruiz de La Penã, op. cit.; Salzano, 1983; Ruse, 1983; Rose, op. cit.; Bock, op. cit.).

Com mais atualidade, a Antropologia Biológica vem sendo também avaliada eticamente no que poder-se-ia chamar de um caráter “sexista”: Por considerar os sexos como diferentes de um ponto de vista biogenético, a Antropologia poderia estar justificando, a partir da Evolução Darwinista, padrões comportamentais que na verdade são impostos pela variação cultural, e contribuindo assim para a manutenção das situações sociais de discriminação sexual contra mulheres, encontradas na maioria das sociedades.

Resumindo as indagações éticas à Antropologia Biológica, poder-se-ia considerar as seguintes questões:

- a) Ao retirar o livre arbítrio como característica necessária na definição do homem, a Antropologia não poderia estar propondo uma sociedade com várias éticas, adaptadas a cada grupo social e aos seus interesses específicos?
- b) A redução do homem aos seus elementos biológicos e o seu nivelamento taxonômico aos animais, não traria graves resultados para a conduta social, para a Moral e para o Direito Positivo?
- c) A Antropologia Biológica, ao propor um estudo da cultura humana que considera prioritariamente seus aspectos invariantes e seletivos e não apenas os “humanísticos”, não estaria retirando o caráter teleonômico do homem e da sociedade e substituindo-o simplesmente pelo acaso da Seleção Natural?
- d) Seria possível se colocar para a sociedade uma moral e uma ética baseada numa visão bio-cultural do homem, onde os comportamentos sociais tivessem sua base última nos genes, considerados como moldes invariantes da própria variabilidade cultural?

Obviamente não nos cabe aqui refutar as críticas tanto à Antropologia Cultural, quanto à Biológica. Acreditamos que em princípio todos os questionamentos são importantes para uma retomada de vitalidade no pensamento antropológico. Porém, cabe ressaltar, que as questões éticas mais amplas (ou mais profundas), incidem

justamente sobre a área da Antropologia onde as indagações crítico-metodológicas são de menor intensidade. Com efeito, a Antropologia Biológica possui atualmente uma maior capacidade de formalização nos seus dados, maior amplitude nas inferências e explicações hipotético-dedutivas, uma confiabilidade analítica respeitável e um razoável poder de experimentação (Weiss e Mann, 1985).

Quanto a Antropologia Sócio-Cultural, embora seja exagerado considerá-la como uma espécie de inverso metodológico da Antropologia Biológica, devemos constatar que muitos Antropólogos, Biólogos, Médicos, Geneticistas e Ecólogos, apresentam graves críticas quanto a falta de objetividade e precisão dos dados etnográficos e das análises etnológicas por nós acumuladas (Johnson, op. cit.; Hughes, 1988; Durham, 1989).

3. Algumas conclusões sobre Ética e Metodologia

Algumas conclusões sobre a incidência de questões éticas na Antropologia Moderna, poderiam ser esboçadas mais facilmente mantendo-se ainda uma visão separada pelos dois grandes blocos da disciplina.

Em primeiro lugar, no âmbito da Antropologia Cultural, as reavaliações devem ser mais problemáticas uma vez que na falta de dados mais objetivos para sustentar seus modelos e conclusões, as questões tanto éticas, quanto crítico-metodológicas, serão avaliadas por uma tal variedade de linhas, escolas e autores, que a previsão de uma “ética antropológica” construída

cientificamente e relativamente unificada num discurso geral, provavelmente será uma tarefa árdua. Embora, metodologicamente, os avanços da Antropologia Cultural sejam inegavelmente promissores.

Na Antropologia Biológica, as refutações e reorientações necessárias talvez sejam mais fáceis devido a confiabilidade dos seus modelos. Afinal, o papel da Seleção Natural no comportamento social de todas as espécies primatas, inclusive na humana, não é um dado facilmente questionável, do ponto de vista científico. Por outro lado, a herdabilidade de condutas e o papel dos genes na estruturação de certas características invariantes das culturas humanas, como parentesco, hierarquia, territorialismo e agressividade por exemplo, são amplamente confirmadas pelas pesquisas modernas de Etologia, Sociobiologia e Genética (Hughes, op. cit.; Kohler, 1952; Lerner e Libby, 1976; Vogel e Motusky, 1986; Lumsdem e Wilson, op. cit.; Salzano, 1988). De qualquer forma, as críticas éticas colocadas à Antropologia Biológica, para fugir da gratuidade devem estar secundadas não somente por explicações de caráter sintético, paralelas a uma sustentação metafísica, devem considerar também o campo da prova empírica e da confiabilidade científica.

Devemos deixar claro que não consideramos o uso rigoroso da maquinária metodológica do método científico como suficiente para o planejamento social e para a resolução dos problemas humanos. Evidentemente, as explicações sintéticas cercadas de material empírico que transcendem a estrutura lógica e o significado dos seus

termos, não resolvem as perspectivas e os problemas de Engenharia Social colocados para a Antropologia Moderna. Não se exclui a questão ética no uso do conhecimento científico. Porém, o caráter da ética utilitarista de Bentham e Stuart Mill, não pode deixar de ser um traço marcante na Ciência Moderna.

Para a Antropologia Biológica, as questões morais devem indicar uma utilização social do conhecimento que produza o “máximo de bem para o maior número de pessoas” (Salzano, op. cit.: 88 e segs.). Tal objetivo deveria ser buscado por uma ética que vá além de histórias culturais específicas, como a Ocidental, e esteja baseada em características invariantes da natureza humana e portanto seja aplicável a maioria dos indivíduos.

As invariâncias da nossa natureza por sua vez, não residem na variabilidade cultural, mas no processo interativo entre os nossos genes, o meio-ambiente e a formação de populações. A variabilidade cultural nas suas bases, é antes um processo adaptativo, usado pelas populações para maximizar a sua sobrevivência e o seu modo de vida. Assim, desloca-se a questão do porque uma determinada cultura é assim, para uma outra mais ampla: porque os homens produzem culturas de tal forma. E a resposta tem que partir de fenômenos invariantes. Como defendia o “Doctor Mirabilis” Roger Bacon, a necessidade da Filosofia e das Ciências decorre dos serviços que prestam (Bohener e Gilson, 1982). E o grande serviço que a Antropologia Moderna pode proporcionar é a criação de modelos explicativos da conduta humana que possam ajudar a enfrentar dilemas fundamentais como a

superpopulação, a degradação genética, a fome, a doença e a guerra (Salzano, op. cit.).

Talvez uma compreensão mais completa do homem, inclusive nos seus aspectos morais, passe por uma transformação metodológica da Antropologia como Ciência. Uma Antropologia que enfrente o problema humano de forma decisiva, de uma maneira integrada e que faça jus a nossa verdadeira natureza de caráter biossocial. Assim, o discurso humanista poderia ser mais integrado, e a nossa ética, transcender os limites da Cultura Ocidental e tornar-se finalmente uma ética da espécie.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA.
Boletim da ABA. Florianópolis, CFCH – UFSC.
Fevereiro de 1983, Nº 14.
- AZCONA, J. – Antropologia I: História, Petrópolis,
Vozes, 1992.
- BOEHNER, P. e GILSON, E. – História da Filosofia
Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa.
Petrópolis, Vozes, 1982.
- BOCK, K. – Natureza Humana e História: Uma Réplica a
Sociobiologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

- BRANDÃO, C. R. (Org) – Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, J. J. de – A Antropologia e o Nihilismo Filosófico Contemporâneo. IN Anuário Antropológico/86. Brasília, Editora da Universidade de Brasília – Tempo Brasileiro, 1988.
- COMAS, J. – Manual de Antropologia Física. México, universidade Autónoma de México, 1976.
- DURHAM, W. H. – Toward a Coevolutionary Theory of Human Biology and Culture. IN Alan Grafen (edit.) Evolution and its Influence. New York, Philosophical Libray, 1952.
- HOUART, J. – Anthropologie et Epistemologie. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985.
- HUGHES, A. L. – Evolution and human Kinship. New York, Oxford, University Press, 1988.
- JOHNSON, A. W. – Quantification in Cultural Anthropology: An Introduction to Research Design. Stanford, Stanford' University Press, 1978.
- JOLLY, C. J. e PLOG, F. – Physical Anthropology an Archeology. New York, Alfred Knopf, 1987.

- KANT DE LIMA, R. A. – A Antropologia na Academia: Quando os Índios Somos Nós. Petrópolis, Vozes, 1985.
- KOHELER, F. – Evolution and Human Distiny. New York, Philosophical Library, 1952.
- LEAF, M. – Uma História da Antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, EDUSP, 1981.
- LERNER, M. J. e LIBBY, W. J. – Heredity Evolution and Society. San Francisco, W. H. Freeman and Company, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. – Minhas Palavras. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- LUMSDEN, C. L. e WILSON, E. O. – Promethean Fire: Reflections on the Origin of Mind. Cambridge, Harvard Press, 1983.
- ROSE, S. – As Limitações da Ciência. IN Steven Rose e Lisa Appignanesi (orgs.). Para Uma Nova Ciência, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 39-51.
- RUIZ DE LA PENÃ, J. L. – As Novas Antropologias: Um Desafio à Teologia. São Paulo, Edições Loyola, 1988.

- RUSE, M. – Sociobiologia: Senso ou Contra-Senso? São Paulo, Itatiaia-EDUSP, 1983.
- SALZANO, F. M. – A Genética e a Lei. Aplicações à Medicina Legal e à Biologia Social. São Paulo, Queroz-EDUSP, 1983.
- – Biologia, Cultura e Evolução. Porto Alegre, Editora da UFRS, MEC, 1988.
- TRAJANO FILHO, W. – Que Barulho É Esse o dos Pós-Modernos? IN Anuário Antropológico/86. Brasília, Editora da Universidade de Brasília – Tempo Brasileiro, 1988.
- VALL, A. – Introducción a La Antropología: Fundamentos de la Evolución y de la Variabilidad Biológica del Hombre. Barcelona, Editorial Labor, 1985.
- VOGEL, F. e MOTUSKY, A. G. – Human Genetics: Problems and Approaches. Berlim, Springer – Verlag, 1986.
- WEISS, M. L. e MANN, A. E. – Human Biology and Behavior: An Anthropological Perspective. Boston, Little, Brown and Company, 1985.